VILAREALST°ANTONIO

ATA Nº. 15/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia **9 de JUNHO de 2015.**

Aos nove dias do mês de junho de 2015, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas e dez minutos, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES;
- CONHECIMENTO DO RELATÓRIO N.º 29/2013 DA INSPEÇÃO ORDINÁRIA DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS;
- PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUÍDO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- OCUPAÇÕES DE VERÃO A DESENVOLVER NA FRENTE MAR DE MONTE GORDO 2015;
- EVENTO NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS DA MANTA ROTA;
- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A EMPRESA IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS COM VISTA À REALIZAÇÃO DO EVENTO "ETNIARTE- MERCADO ÉTNICO & MÚSICAS DO MUNDO" A REALIZAR EM MONTE GORDO, NOS DIAS 20, 21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2015;

- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A GUADI - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA, PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS OU MALTRATADOS;
- HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS NOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO;
- HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE – MUNICÍPIO DO FUNDÃO;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE – "OS FRANCISQUINHOS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO XAVIER";
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO / PUBLICIDADE - 20ª FEIRA DE CAÇA, PESCA E DO MUNDO RURAL DO ALGARVE – FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO / PUBLICIDADE - MUNICÍPIO DE ALCOUTIM - 30ª FEIRA DE ARTESANATO E ETNOGRAFIA DE ALCOUTIM;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 5 de junho de 2015, apresentando um saldo de **1.891.374,75€** (um milhão oitocentos e noventa e um mil trezentos e setenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador David Murta referiu que em reunião de Câmara anterior solicitou que lhe fossem facultados os relatórios sobre a medição/execução do plano local de emprego e a listagem de colocações de pessoas (número e respetivos locais) através de Contratos de Emprego e Inserção nos últimos 3 anos, ao abrigo de protocolos de cooperação deste género e que até à presenta data não foram disponibilizados.

Solicitou um ponto de situação sobre os seguintes assuntos: Há problemas com os seguros dos trabalhadores da CMVRSA e da EMVRSA-SGU? Estão a ser garantidos os tratamentos? Como estão a decorrer as obras de água e saneamento básico no Concelho, uma vez que já estamos praticamente no Verão e as duas principais estâncias balneares do Concelho ainda têm obras a decorrer e se verificam inúmeros problemas de segurança e circulação? Qual o ponto de situação do estudo de requalificação da Manta Rota? E o estudo das bolsas de estacionamento? Uma vez que vai decorrer o evento Copa do Guadiana, como está a questão do Pavilhão Multiusos de Vila Real de Santo António? E o projeto do novo Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo? Teve desenvolvimentos? Como está a retificação do Protocolo com a Docapesca, pois o assunto foi aprovado pela Câmara Municipal mas retirado da Ordem do Dia na reunião da Assembleia Municipal?

O Sr. Vereador José Cruz disse que num estudo sobre saneamento básico, o Executivo refere que a Direção Regional do Ambiente intitula-se promotora de algumas empreitadas. O Sr. Vereador relembrou que se levantaram dúvidas sobre as intervenções executadas pela CDU nessa matéria, pelo que comunica que enquanto Executivo a CDU concretizou diversas empreitadas de água e saneamento básico, pelo que está tranquila sobre o que fez e sobre a qualidade com que as intervenções foram realizadas. Para além do exposto, referiu que sempre apoiou este tipo de obras e relembrou que nos últimos 20

anos o Município recebeu muito dinheiro comunitário para essa tipologia de empreitadas e com o elevado montante de taxas municipais recebido, devia estar este processo concluído há muito, apesar de reconhecer que muito trabalho foi desenvolvido no Concelho nas redes de água e saneamento básico.

A Sra. Vereadora Célia Paz disse que no âmbito das obras de saneamento em Monte Gordo, o Executivo da Câmara aproveitou a oportunidade e arranjou uma forma cordial de resolver o problema existente em relação ao passeio junto ao restaurante Migalhas (problema que é do conhecimento de todos, citou). Referiu que a existência de um passeio naquela zona era fundamental, tendo em conta que é um acesso a uma escola e o aumento do mesmo foi uma boa forma de resolver o problema, sem ninguém ficar "mal". No entanto, alertou o Executivo para o facto de ser necessário existir uma adequada fiscalização, para que dentro de alguns meses não venha a não existir novamente passeio e consequentemente a não existência de acesso à escola, aliás coisa que já está a acontecer em determinada zona do passeio.

O Sr. Presidente respondeu às diversas questões informando que: A Câmara Municipal está a preparar a resposta ao requerimento relativo ao Plano Local de Emprego e quando a mesma estiver concluída será presente aos Srs. Vereadores. A Câmara Municipal não é, nos termos da Lei, obrigada a ter seguro de trabalho. Contudo, assumiu todos os encargos com os acidentes dos trabalhadores. Sobre o Plano da Manta Rota e o trabalho dos Arquitetos referiu que é visível para todos os cidadãos o trabalho que está a ser desenvolvido na Manta Rota, estando a Equipa de Arquitetos permanentemente no terreno. Comunicou que já recebeu o Plano de Intervenção da Equipa para os próximos anos mas essencialmente o que os Arquitetos estão a dar prioridade é às intervenções urgentes e relacionadas com a obra de saneamento que está a decorrer na Manta Rota. Esclareceu que o Plano de Estacionamento está em curso e que a Câmara Municipal já tem parecer favorável do ICNF para a construção do novo Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo. Neste momento decorrem negociações com a Direção Geral do Património para

adquirir o espaço para a criação do novo Parque. Sobre as intervenções de saneamento básico disse que quase todas as frentes em curso estão a receber betuminoso, pelo que em breve a maioria das intervenções estarão executadas. Inclusive a zona que a Sra. Vereadora Célia Paz mencionou também está quase concluída e concordou com a Sra. Vereadora com a necessidade de se melhorar o espaço público junto ao restaurante Migalhas e que terá em conta a situação da fiscalização para o acesso à escola, conforme já referido anteriormente. No que se refere à questão colocada pela Sra. Vereadora Célia Paz sobre o sentido de trânsito junto ao restaurante Tapas, esclareceu o Sr. Presidente que a circulação terá só um sentido. Sobre o Pavilhão Multiusos explicou que o Município não pode intervir, pois o assunto está entregue ao Administrador Judicial e até haver decisão nada se pode efetuar. Mencionou que a espectativa do Executivo é que a Cooperativa que faliu entregue o edifício ao Município e sobre a questão levantada referente à Docapesca comunicou que estão a decorrer negociações para que seja o Município a gestionar a área em causa.

Mencionou ainda o Sr. Presidente, querendo deixar nota do muito apreço e respeito que tem pelo Sr. Vereador José Cruz, que na intervenção que o Sr. Vereador fez deu uma grande volta para desresponsabilizar a CDU de problemas na rede de água e saneamento, referindo-se a declarações do Sr. Presidente nos órgãos de comunicação social sobre problemas graves detetados nos intercetores e ao atraso na construção da ETAR.

O Sr. Vereador José Cruz reforçou que a CDU fez obra e que no ano que se submeteu a candidatura ao Fundo de Coesão o Partido Socialista tinha uma nota nos folhetos da campanha eleitoral em que referia que a intervenção em alguns intercetores tinha sido da responsabilidade da Direção Regional anteriormente mencionada.

O Sr. Presidente relembrou que quando foi Vereador não se cobrava taxas municipais aos empreiteiros, entre os anos 1992 e 2002, pela não cedência de contrapartidas para o

Município. Reforçou a posição de não fazer juízos de valor pelo que se cingia apenas ao que dizia. Disse que com a sua intervenção e persistência começaram a cobrar-se essas taxas, permitindo um grande encaixe financeiro para o Município ou a construção de equipamentos de lazer ou espaços verdes.

Deixou ainda nota que nesses dez anos houve um mandato da CDU e mandato e meio do Partido Socialista, pelo que só com a sua perseverança o antigo Sr. Presidente, Eng.º António Murta, criou o Regulamento Municipal de Edificações.

Com essa aprovação, o setor imobiliário começou a pagar taxas à Câmara Municipal. Referiu que anteriormente, pelas suas contas, o Município tenha deixado de receber cerca de quarenta milhões de euros.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e da Sra. Vereadora Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a **Ata nº. 11** da reunião ordinária realizada em 28 de abril de 2015;

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a **Ata nº. 12** da reunião ordinária realizada em 12 de maio de 2015;

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a **Ata nº. 13** da reunião extraordinária realizada em 25 de maio de 2015.

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e da Sra. Vereadora Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a **Ata nº. 14** da reunião ordinária realizada em 26 de maio de 2015.

CONHECIMENTO DO RELATÓRIO N.º 29/2013 DA INSPEÇÃO ORDINÁRIA DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS.

O Sr. Presidente comunicou que se tratava do Despacho definitivo da Inspeção Geral de Finanças (IGF).

O Sr. Vereador David Murta solicitou que lhe fosse apresentado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município e referiu que no Relatório é feita uma menção aos contratos programas celebrados pelo município, pelo que pretendeu deixar uma nota de preocupação.

O Sr. Presidente disse que o Relatório da Inspeção é claro e transparente sobre as ações realizadas, pelo que fez questão de deixar uma nota de elogio ao trabalho desenvolvido pelos Srs. Vereadores que desempenharam funções no período em referência.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que as matérias em apreço são de pouca relevância, pelo que é normal que não haja consideráveis menções.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU não se ia pronunciar sobre o Relatório, para além de constatar que há uma ou outra recomendação mas são situações sanáveis.

O Sr. Presidente referiu que numa outra inspeção praticamente concluída, a IGF mencionou que o Município de Vila Real de Santo António é um bom exemplo do cumprimento dos procedimentos administrativos.

= A Câmara tomou conhecimento do Relatório nº. 29/2013 e respetivos anexos da Inspeção Ordinária da Inspeção Geral de Finanças e deliberou remeter uma cópia para conhecimento da Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUÍDO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador David Murta questionou se não havia um projeto base.

O Sr. Vereador João Sol esclareceu que só se houver interessados e que manifestem a sua intenção por escrito em requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara é que se desencadeia o procedimento.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser dado início ao procedimento para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal de Ruído do Município de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do referido regulamento, por um período de 15 dias úteis, contatos a partir da data da presente deliberação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Para os devidos efeitos, consigno que, a partir deste assunto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal retirou-se da reunião por ter que se deslocar para Lisboa em serviço do Município, ficando a Sra. Vice-presidente, Maria da Conceição Cabrita, a presidir a reunião. A Sra. Vereadora Sílvia Madeira integrou-se na reunião substituindo o Sr. Presidente.

OCUPAÇÕES DE VERÃO A DESENVOLVER NA FRENTE MAR DE MONTE GORDO 2015.

- O Sr. Vereador David Murta questionou sobre o que iria acontecer aos lugares vagos.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser homologada a lista de classificação dos requerentes, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

EVENTO NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS DA MANTA ROTA.

O Sr. Vereador David Murta perguntou como se têm processado as ocupações de Verão nos anos anteriores.

O Sr. Vereador João Sol clarificou que no ano 2012 foi celebrada hasta pública, nos anos 2013 e 2014 foram celebrados protocolos com os vendedores e este ano o processo foi desenvolvido através dos requerimentos entregues para o direito de ocupação dos lugares de espaço público.

O Sr. Vereador David Murta interrogou se foi equacionada a possibilidade de se alargar o espaço, uma vez que se verifica uma grande concentração de tendas, pelo que sugeriu a expansão para o local onde se situam os divertimentos das crianças. Questionou ainda por que motivo não se aplicou na Manta Rota o mesmo método que para as ocupações de verão em Monte Gordo.

O Sr. Vereador João Sol comunicou que não se aplicou o mesmo método por não ter havido interessados e informou que a zona onde se localizam os equipamentos para as crianças é zona de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser aprovada a proposta feita pela Rujopa – Actividades Marítimo, Turísticas, Unipessoal, Lda., para o evento na envolvente do Centro de Artes e Ofícios de Manta Rota, de acordo com a planta de implantação, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A EMPRESA IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS COM VISTA À REALIZAÇÃO DO EVENTO "ETNIARTE- MERCADO ÉTNICO & MÚSICAS DO MUNDO" A REALIZAR EM MONTE GORDO, NOS DIAS 20, 21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2015.

O Sr. Vereador David Murta começou por mencionar que a Empresa em questão é a mesma que tem realizado o evento em Cacela Velha, mas referiu que Monte Gordo, a Freguesia turística por excelência do concelho, devia ter no Verão, de acordo com as suas possibilidades, um evento que dissesse mais respeito às características da freguesia e do próprio concelho, que tivesse caráter permanente e que pudesse colocar Monte Gordo no calendário dos eventos de verão, tal como acontece em muitos outros Concelhos do Algarve.

A Sra. Vice-presidente disse que a empresa Ibérica Eventos & Espectáculos já realizou este evento no ano passado na freguesia de Monte Gordo e houve muito público a assistir. Disse também que apesar de se viver num período de contenções financeiras a Câmara Municipal poderia equacionar a realização de um evento anual de grande projeção.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o protocolo com a empresa Ibérica Eventos & Espectáculos, com vista a realização do evento "ETNIARTE- Mercado Étnico & Músicas do Mundo", a realizar em Monte Gordo, nos dias 20, 21, 22 e 23 de Agosto de 2015, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A GUADI - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA, PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS OU MALTRATADOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Vila Real de Santo António e a Guadi - Associação de Defesa, Proteção e Tratamento de Animais Abandonados ou Maltratados, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Para os devidos efeitos, consigno que o Sr. Vereador José Cruz retirou-se da reunião neste ponto, por motivos profissionais.

HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS NOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO.

O Sr. Vereador David Murta disse que o Partido Socialista realizou uma visita aos Mercados Municipais e verificou que há muito trabalho para fazer nesta área. Referiu que tem que se fazer qualquer coisa no edifício do mercado de Monte Gordo, pois o mesmo não oferece as mínimas condições para poder funcionar, seja com obras de regeneração, seja com a deslocalização do espaço. Para o PS, devia ser feita uma auscultação aos comerciantes (detentores de ocupação do espaço) e à população sobre que medidas se deveriam tomar. Finalmente, mencionou que se devia premiar os vendedores que ocupam o espaço durante todo o ano, seja com a diminuição das rendas ou com a diminuição dos impostos municipais, e de forma a combater a sazonalidade se deveria equacionar ter rendas diferenciadas para a época baixa e época alta.

A Sra. Vereadora disse que se pode equacionar essa questão no Regulamento Geral de Taxas Municipais do próximo ano mas alertou que com estas hastas públicas o que se pretende é que os vendedores possam ocupar os espaços durante todo o ano, para dar mais atratividade aos Mercados.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o procedimento para a atribuição do direito de ocupação das bancas que se encontram desocupadas nos Mercados Municipais do Concelho, aprovar as Condições Gerais e Especiais de Hasta Pública e nomear os elementos que compõem a Comissão de Arrematação da Hasta Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA.

O Sr. Vereador David Murta disse que o Partido Socialista realizou uma visita aos Mercados Municipais e verificou que há muito trabalho para fazer nesta área. Referiu que no Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela, dada as suas características, e dado haver poucos vendedores a tempo inteiro, se deveria pensar numa estrutura diferente para o espaço, nomeadamente com a criação de um espaço multiusos, que pudesse acrescentar outro tipo de valências. Finalmente, mencionou, à semelhança do mencionado para o mercado de Monte Gordo, que se devia premiar os vendedores que ocupam o espaço durante todo o ano, seja com a diminuição das rendas ou com a diminuição dos impostos municipais, e de forma a combater a sazonalidade se deveria equacionar ter rendas diferenciadas para a época baixa e época alta.

A Sra. Vereadora disse que se pode equacionar essa questão no Regulamento Geral de Taxas Municipais do próximo ano mas alertou que com esta hasta pública o que se pretende é que os vendedores possam ocupar os espaços durante todo o ano, para dar mais atratividade aos Mercados.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o procedimento para a atribuição do direito de ocupação das lojas nºs. 4, 8, 9 e 10 do Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela, aprovar as Condições Gerais e Especiais de Hasta Pública e nomear os elementos que compõem a Comissão de Arrematação da Hasta Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser aprovada a atribuição da numeração policial no arruamento "Praceta das Almadravas", na freguesia de Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE – MUNICÍPIO DO FUNDÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licenças solicitado pelo Município do Fundão, nos termos do disposto no artigo 9º. do Regulamento Geral de Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE – "OS FRANCISQUINHOS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO XAVIER".

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser ratificado o seu despacho, datado de 27 de maio do corrente ano, que autorizou a isenção das taxas respeitantes ao licenciamento em causa, nos termos do disposto no artigo 9º. do Regulamento Geral de Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO / PUBLICIDADE - 20ª FEIRA DE CAÇA, PESCA E DO MUNDO RURAL DO ALGARVE - FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser ratificado o seu despacho, datado de 27 de maio do corrente ano, que autorizou a isenção das taxas respeitantes ao licenciamento de ocupação de espaço público/publicidade solicitado pela Federação de Caçadores do Algarve em parceria com o Município de Tavira, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO / PUBLICIDADE - MUNICÍPIO DE ALCOUTIM - 30ª FEIRA DE ARTESANATO E ETNOGRAFIA DE ALCOUTIM.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser ratificado o seu despacho, datado de 27 de maio do corrente ano, que autorizou a isenção das taxas respeitantes ao licenciamento de ocupação de espaço público/publicidade solicitado pelo Município de Alcoutim, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PUBLICO.

Não se registaram intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quinze minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.